



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Reitoria - CNPJ 78680337/0001-84

Rua Universitária, 1619 - Fone: (45) 3220-3000 - Fax: (45) 3324-4590

Jardim Universitário - Cx. P. 000701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná

www.unioeste.br



## COORDENADORIA GERAL DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS

### EDITAL Nº 117/2022-COGEPS

RESPOSTAS AOS RECURSOS INTERPOSTOS POR CANDIDATOS CONTRA O GABARITO PROVISÓRIO DA PROVA ESCRITA (OBJETIVA) DO 3º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – **PSS3-2022**, DE AGENTE UNIVERSITÁRIO DA UNIOESTE, POR PRAZO DETERMINADO.

O Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais considerando os itens 9.43, 9.44 e 9.48 do edital nº 088/2022-GRE, de 05/05/2022; as análises de recursos e as respostas da Banca Examinadora em relação ao Gabarito Provisório publicado pelo Edital nº. 107/2022-COGEPS, em 20/06/2022,

#### TORNA PÚBLICO:

Art. 1º - As respostas aos recursos interpostos por candidatos contra o gabarito provisório da Prova Escrita (Objetiva) do 3º Processo Seletivo Simplificado – **PSS3-2022**, para Agentes Universitários da UNIOESTE, conforme Anexo deste edital.

Art. 2º - O edital com o gabarito definitivo será publicado **nesta data**.

Publique-se e Cumpra-se.

Cascavel, 27 de junho de 2022.

Carlos Alberto Piacenti  
Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos

Recursos contra o gabarito provisório

**Matéria: Port. Médio**

**Número da questão: 2**

Inscrição: **208297** Data do Envio: **20/06/22 20:08**

O fragmento 3 não faz nenhuma menção a "agenda" dos professores estar lotada

**Resposta aos Recursos**

O recurso que diz 'O fragmento 3 não faz nenhuma menção a "agenda" dos professores estar lotada' não faz nenhum sentido, pois não se falou em agenda lotada em nenhum momento da questão. Logo, o recurso não procede.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 5**

Inscrição: **208297** Data do Envio: **20/06/22 20:08**

O verbo "fizeram-se" necessita de um sujeito, logo está diretamente relacionado com "os membros do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras"

Inscrição: **205245** Data do Envio: **22/06/22 22:44**

A redação da questão é a seguinte: 05. Assinale a análise INCORRETA.

A alternativa posta como incorreta pelo gabarito provisório é: B. No fragmento 1, o sujeito do verbo 'fizeram-se' é o substantivo "os membros do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras".

Porém, a mesma não deve ser considerada como certa pois, a questão exige que seja assinalada a alternativa que realiza a análise incorreta sobre os textos-bases da referida questão.

O Fragmento 1 posto como texto-base para a questão é o seguinte: Aos vinte e um dias de março de 2022, às 14 horas, pela plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, conforme convocação por meio do Edital 006/2022-PPGL. Fizeram-se presente os seguintes docentes: [...] O fragmento acima se refere a reunião que ocorreu na data de 21 de março de 2022, onde reuniram-se os membros do Programa de Pós-graduação em letras, conforme convocação efetuada..., assim, fizeram-se presentes os seguintes docentes.

O Verbo 'fizeram-se' presentes, se refere respectivamente aos membros do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Letras que se fizeram presentes na reunião realizada pela plataforma Microsoft Teams, razão pela qual, torna-se a alternativa B. correta, pois, totalmente de acordo com o fragmento 1 dado para a análise.

Como a alternativa 05 exige que seja assinalada a alternativa que passe a análise incorreta sobre os textos, a alternativa B. não pode ser posta como correta pois passa análise correta sobre a redação do fragmento 1.

**Resposta aos Recursos**

Na oração "Fizeram-se presentes os seguintes docentes", o sujeito está posposto ao verbo: "os seguintes docentes". Na ordem direta, temos "Os seguintes docentes fizeram-se presentes". Logo, os recursos não procedem.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Mat. Médio**

**Número da questão: 6**

Inscrição: **205058** Data do Envio: **22/06/22 8:55**

A questão seria simplificar a expressão  $0(x0)$ . Primeiro se tira do parênteses, seguindo a regra todo número elevado a zero é um, assim o que restava era multiplicar zero por um que resultaria em zero, pois todo número multiplicado por zero é zero. A resposta seria a alternativa a)

Inscrição: **206696** Data do Envio: **22/06/22 17:00**

A questão de número 06, da prova de Técnico Administrativo PSS/2022, apresenta como sugestão de resposta, em gabarito provisório, alternativa B, e pede-se reconsideração e mudança para alternativa D. Ocorre que, o comando da referida questão, sinaliza: "Qualquer número elevado a zero..." (sic). Nessa esteira, a palavra "qualquer", remete a TODOS, os números, inclusive zero. Assim, se consideramos, zero elevado à potência zero, teremos uma indeterminação matemática, que não fornece um resultado em particular. Na literatura matemática, para que a resposta seja válida e respeitando o comando do enunciado, a resposta correta deveria ser "1, se só se, x diferente de zero", convidando os candidatos a assinalarem alternativa D. Mais ainda, a alternativa B, só seria correta, se no enunciado, o quantificador, x diferente de zero, fosse utilizado, o que não ocorre. Isto posto, pede-se deferimento.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Mat. Médio**

**Número da questão: 6**

**Resposta aos Recursos**

Todo número elevado a 0 vale 1, inclusive 0, visto que:  $x^0 = (x-x)^{(n-n)} = ((x-x)^n)/((x-x)^n) = 1$   
Portanto, alternativa correta letra B. Euler provou isso em 1752.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: C. Gerais. Médio**

**Número da questão: 11**

Inscrição: **206479** Data do Envio: **21/06/22 11:44**

No enunciado da questão pede a alternativa que não é um parágrafo do Art. 11 do estatuto do idoso e o gabarito indica a letra "A" como correta, sendo que essa consta no estatuto, sendo a letra "B" a que não consta a qual deveria ser a correta.

**Resposta aos Recursos**

a única alternativa que não é um paragrafo do art. 11 é a alternativa B ela não se refere a "O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódico" portanto essa alternativa não faz parte das inseridas no art. 11

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 13**

Inscrição: **201722** Data do Envio: **21/06/22 12:19**

Em uma das opções há duas opções juntas: "B. Toledo. Marechal Candido Rondon."

**Resposta aos Recursos**

a pergunta é clara . é a única resposta é Cascavel

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 14**

Inscrição: **207997** Data do Envio: **21/06/22 9:44**

O ENUNCIADO DA QUESTÃO JÁ DÁ A RESPOSTA. ERRO DE DIAGRAMAÇÃO.

Inscrição: **201722** Data do Envio: **21/06/22 12:19**

A resposta da questão estava no cabeçalho: "[...] isso aconteceu em qual governo? de Getúlio Vargas"

Inscrição: **206107** Data do Envio: **22/06/22 8:24**

Na questão 14, a resposta já está escrita na pergunta (Getúlio Vargas).

Inscrição: **205058** Data do Envio: **22/06/22 9:02**

A alternativa contém erro de edição, a resposta está logo após o ponto de interrogação. Fica evidenciado, pelo fato da continuidade em minúscula.

"14. A conquista e ocupação de novas terras no Oeste do Estado do Paraná, começaram a tomar amplas dimensões sob a perspectiva da busca do desenvolvimento e progresso do país, fomentada, sobretudo, no ideal politizado da 'marcha para o oeste' isso aconteceu em qual governo? de Getúlio Vargas"

Inscrição: **208246** Data do Envio: **22/06/22 20:44**

A resposta da questão 14 estava no final da questão, após o ponto de interrogação da pergunta.

Inscrição: **206655** Data do Envio: **22/06/22 22:34**

A questão 14 apresenta a resposta após o ponto de interrogação da questão.

**Resposta aos Recursos**

sim houve um erro

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Matéria: Técnico Administrativo**

**Número da questão: 18**

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Técnico Administrativo**

**Número da questão: 18**

Inscrição: **206479** Data do Envio: **21/06/22 11:44**

As funções legislativas e jurisdicional tem grau hierárquico, sendo a letra "C" a resposta correta.

**Resposta aos Recursos**

Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público.

Função administrativa é a atividade do Estado de dar cumprimento aos comandos normativos para realização dos fins públicos, sob regime jurídico administrativo (em regra), e por atos passíveis de controle.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 21**

Inscrição: **207300** Data do Envio: **20/06/22 21:10**

Solicito a alteração do gabarito da alternativa "b" para a alternativa "d". A razão de tal solicitação se dá por conta de o Brasil possuir uma legislação específica no que tange à microfilmagem. Esta é regulamentada por meio da Lei nº. 5.433, de 8 de maio de 1968, o que torna a alternativa "b" incorreta. Por sua vez, na presente Lei, em seu artigo 1º § 1º, consta que o microfilme reproduz os mesmos efeitos legais dos documentos originais, o que, por conseguinte, torna a alternativa "d" correta e gabarito da questão de número 21.

**Resposta aos Recursos**

A pergunta se refere a a qual não é correta. assim como vc mesmo disse o Brasil tem uma lei específica

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 24**

Inscrição: **206479** Data do Envio: **21/06/22 11:44**

Quando se ocorre erro ao escrever a ATA se usa o termo "em tempo"

**Resposta aos Recursos**

em tempo usa quando ata já tiver sido concluída.

assim a alternativa D é a única correta.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 26**

Inscrição: **207997** Data do Envio: **21/06/22 9:42**

A ALTERNATIVA B ESTÁ ESCRITA DE FORMA ERRADA, (PALAVRA DEMORADO AO INVÉS DE MODERADO) O QUE CAUSOU DÚVIDA NA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO.

**Resposta aos Recursos**

Essa justificativa se refere a questão 27 e não a questão 26.

a questão 26 está correta.

Questão mentida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 27**

Inscrição: **202586** Data do Envio: **20/06/22 19:13**

O certo seria "Princípio do formalismo moderado" e não "demorado" como consta na questão.

Inscrição: **207300** Data do Envio: **20/06/22 21:29**

Não existe princípio administrativo com a denominação de "princípio do formalismo demorado", o que há no processo administrativo é o princípio do formalismo moderado. A nomenclatura dada na alternativa "b" prejudicou a compreensão e o julgamento da questão, causando confusão pelo uso de terminologia equivocada, uma vez que tal princípio é inexistente no direito administrativo. Por essa razão, solicito a anulação da questão de número 27.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Técnico Administrativo**

**Número da questão: 27**

Inscrição: **202045** Data do Envio: **21/06/22 9:50**

A questão específica estava com erro ortografico, que contribuiu diretamente no seu entedimento e validade, onde está "demorado" deveria estar moderado. Por esse motivo solicito a anulação desta questão, pois este erro induziu diretamente ao erro.

Inscrição: **201722** Data do Envio: **21/06/22 12:19**

A opção correta está escrita de maneira errada, esta como "formalismo demorado", porém o correto é "formalismo moderado"

Inscrição: **206107** Data do Envio: **22/06/22 8:23**

A alternativa marcada como certa na questão 27 (alternativa b), está escrita de forma errada (princípio do formalismo d e m o r a d o ) .

Com precisão, o princípio do formalismo moderado, consiste, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para facultar um grau de certeza, garantia, proteção, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa. O processo administrativo deve observar alguns princípios, tais como: legalidade objetiva, oficialidade, publicidade e o formalismo moderado (PEREIRA et al., 2017).

Inscrição: **205245** Data do Envio: **22/06/22 23:10**

A questão é a seguinte: 27. Qual o nome do princípio administrativo que confere certa discricionariedade para aquele que o preside, e que deve estar expressa na lei?

A alternativa posta como correta pelo gabarito provisório corresponde a alternativa "B. Princípio do formalismo demorado". A referida alternativa não pode ser considerada correta pois inexistente tal princípio posto pela alternativa "B", ressalta-se que, não existe menção qualquer a existência de um princípio chamado "Princípio do formalismo demorado", mas sim, a existência de princípio administrativo chamado de "Princípio do formalismo moderado", no mais, a questão 27. exige que seja assinalada a alternativa referente ao princípio administrativo que confere certa discricionariedade para aquele que p r e s i d e .

Discricionariedade se refere a característica de discricionário, que é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei.

Visto que o princípio do formalismo moderado não visa a discricionariedade daquele que preside o procedimento, mas sim, na previsão de ritos e formas simples, suficientes para facultar um grau de certeza, garantia, proteção, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e ampla defesa, não deve ser considerada correta a alternativa apontada pelo gabarito provisório, referente a alternativa B. Princípio do formalismo demorado.

**Resposta aos Recursos**

Em vez de

Princípio do Formalismo moderado

Saiu do Formalismo demorado, houve sim um erro de digitação. anular a questão

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**

**Número da questão: 30**

Inscrição: **206479** Data do Envio: **21/06/22 11:44**

Está confusa, a palavra "difuso" na questão podendo entender de diferentes formas, e acredito que a letra "C" não seja uma exceção por ter interesses individuais.

**Resposta aos Recursos**

a alternativa C é a única entre as alternativas que está fora do contexto.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Técnico em Laboratório**

**Número da questão: 28**

Inscrição: **206655** Data do Envio: **22/06/22 22:30**

O enunciado da questão 28 da prova de técnico em laboratório informa que os eritrócitos suspensos em salina no teste de tipagem sanguínea ABO aglutinaram-se na presença de anticorpos anti-B e "anti-AB", sendo que não há a existência de um aglutinogênio "AB" no sangue, mas sim pode haver a coexistência de um aglutinogênio A e um aglutinogênio B, equivalente ao tipo sanguíneo AB (KAWAMOTO, 2018), sendo um erro de digitação no enunciado da questão.

**R e f e r ê n c i a s :**

(KAWAMOTO, E. E. Anatomia e fisiologia para enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Técnico em Laboratório**

**Número da questão: 28**

**Resposta aos Recursos**

Descrito conforme a petição: "A amostra foi submetida a tipificação ABO, em tubo, e os eritrócitos suspensos em salina aglutinarem-se na presença dos anticorpos anti-B e anti-AB".

Como não existe o anti-AB, a resposta correta é a alternativa C, tipo sanguíneo B. Não ocorreu erro de digitação, foi uma colocação proposital para avaliar o conhecimento também em relação aos aglutinogênios existentes.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Port. Superior**

**Número da questão: 3**

Inscrição: **200136** Data do Envio: **21/06/22 23:36**

Solicito, respeitosamente, ao examinador a anulação da questão.

Admitindo-se que "O texto apresenta uma linguagem mais informal e com teor mais subjetivo do que comumente se observa em textos acadêmicos", conforme descreve a alternativa "a", poderá ser admitido também que as palavras "cotejo", "paradoxo" e "instrumentos" são semelhantes ou aproximadas em termos de sentido às palavras 'comparação', 'problema' e 'equipamentos'. Portanto, não há alteração significativa na compreensão. Nesse caso, há duas alternativas corretas - alternativas "a" e "b".

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento de que a alternativa B também estaria correta, observa-se o que segue: embora COTEJO tenha proximidade semântica com COMPARAÇÃO, podendo um substantivo ser substituído pelo outro sem alteração significativa do conteúdo ou sem gerar estranhamento em relação à escolha lexical, o mesmo não se observa em relação aos dois outros substantivos. PARADOXO tem sentido aproximado de CONTRADIÇÃO, e não de PROBLEMA. A contradição não necessariamente apresenta um problema. Inclusive tal contradição é tomada pelo autor como argumento em relação à necessidade de superar a prescrição. Então, na linha argumentativa estabelecida no texto (que pode ser visualizada no fragmento dado), não é coerente entender o fato de os instrumentos normativos serem mais flexíveis do que o discurso categórico com um PROBLEMA. Também INSTRUMENTOS (instrumentos normativos) não pode ser substituído por EQUIPAMENTOS por restrição semântica. Não se faz referência a livros, gramáticas etc. como EQUIPAMENTOS. O estranhamento fica ainda mais evidente com a junção do adjetivo: EQUIPAMENTOS NORMATIVOS. Embora, em alguns contextos, tais palavras possam ser tomadas como quase-sinônimas, isso não ocorre no texto em questão. Logo, o recurso não procede.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 4**

Inscrição: **200673** Data do Envio: **20/06/22 19:52**

O enunciado dessa questão não está claro.

Inscrição: **207259** Data do Envio: **20/06/22 20:25**

Na questão 04 da prova de Português, coloca-se uma problematização a respeito da regência verbal no batimento entre o que propõem os instrumentos normativos e o que é de uso corrente na língua portuguesa do Brasil, inclusive em contexto de escrita. Concordo que a alternativa posta como correta, opção "b", de fato apresenta um caso condenável pela norma, mas corrente no uso da língua. No entanto, outras alternativas também apresentam condenação pela norma e emprego corrente no uso da língua, como as alternativas "a" e "d".

No caso da opção "a", a construção "combater ele" apresenta uso corriqueiro em produções orais e escritas. Com relação à alternativa "d", a inversão do uso do pronome oblíquo é de tal modo corrente no uso da língua que já é aceito em contexto de escrita em vários setores, inclusive acadêmicos, ainda que indesejado pela norma culta da língua portuguesa. Isso reflete que, no que tange à regência verbal, para além do que se discute a respeito da relação entre verbo e preposição, múltiplas são as variações e suas materializações no uso da língua em modalidades oral ou escrita. A problematização sobre variação em termos de regência verbal, conforme se lê no texto-base de referência para a questão 04, é debatida também por Marques (2006), que apresenta que as questões de regência verbal na língua portuguesa do Brasil já se colocavam em tensão desde o início do século XX, debatendo, inclusive, a presença de variação de regência verbal em manuais normativos. Além disso, Almeida (2015) também demonstra como a variação de regência verbal é comum em contextos escolares, possibilitando o entendimento de que os casos de regência verbal que fogem à norma são utilizados frequentemente no uso da língua, inclusive em contexto de escrita.

Para concluir, se se entende que há materializações de variações de regência verbal nos usos oral e escrito da língua em contextos diversos, não se pode reduzir e deduzir, a partir do que apresenta o texto-base, que ocorre apenas a variação apresentada na alternativa "b" (variação em relação ao uso ou não de preposição) e não aquelas apresentadas nas demais alternativas (especificamente, as alternativas "a" e "d", em que há casos de variação de regência em relação a outros

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Port. Superior**

**Número da questão: 4**

complementos do enunciado).

**R e f e r ê n c i a s :**

ALMEIDA, Elisa da Silva de. Regência verbal em produções textuais escolares: variação, norma e ensino. Anais do VI SAPPIL – Estudos de Linguagem, UFF, nº 1, 2015. p. 199-211.

MARQUES, Victoria Celeste. Um estudo de regência verbal na primeira metade do século XX: a tensão entre prescrição normativa e uso real. 2006. 318 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93974>>.

Inscrição: **207459**

Data do Envio: **21/06/22 13:27**

A alternativa C também é condenável a partir de uma interpretação normativa categórica. Isto porque as palavras “coisas” e “essas” estão no plural, porém a palavra “poderia”, no futuro do pretérito do indicativo, está no singular. De acordo com a interpretação normativa, deveria estar no plural também (“Coisas como essas poderiam ser evitadas..”), concordando com os termos. E este fato deixou a questão confusa e passível de anulação.

Inscrição: **208136**

Data do Envio: **22/06/22 20:35**

Na alternativa C, não foi empregada a forma correta do verbo “poder”, prejudicando a interpretação da alternativa, levando a entender que seria um uso corrente da língua e condenável para a interpretação normativa categórica. “Coisas como essas PODERIA ser evitadas, mas ainda hoje é preciso estar atento à onda de discursos de ódio que espalha-se pelo mundo.”

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento apresentado sobre a possibilidade de haver mais de uma resposta correta, observa-se que o enunciado da questão pedia, de forma explícita, que se assinalasse a alternativa que apresenta “um caso de regência verbal que é condenável a partir de uma interpretação normativa categórica, mas que é corrente no uso da língua, inclusive em contexto de escrita”. Os problemas apontados pelo recorrente não dizem respeito à regência verbal. Consideremos as alternativas elencadas no recurso: No que tange à alternativa a) tem relação com a escolha do pronome para ocupar a posição de objeto direto (segundo a regra normativa, apenas pronomes oblíquos devem ocupar tal posição). Escrevendo conforme a norma ou não, a regência do verbo não muda, pois ele abre argumento para um objeto direto em qualquer caso. No que tange à alternativa d), a inversão do pronome clítico também não implica em problema de regência verbal. Além disso, o pronome atua, nesse caso, como partícula apassivadora, e não como objeto do verbo. Portanto, o recurso não procede, uma vez que a única alternativa que traz um problema de norma no que tange à regência verbal é aquela indicada no gabarito.

No que tange ao argumento de que o enunciado não estaria claro, observa-se que o enunciado da questão pede de forma clara que se assinale a alternativa que traz um problema de regência segundo a norma, embora tal uso seja corrente na língua: “Assinale a alternativa que apresenta um caso de regência verbal que é condenável a partir de uma interpretação normativa categórica, mas que é corrente no uso da língua, inclusive em contexto de escrita.” Vê-se que não há problemas no que tange à sintaxe e ao conteúdo da questão que possa torná-la confusa. Portanto, o recurso não procede.

Em relação ao argumento de que a alternativa C também estaria correta, o impetrante apontou que há um problema de CONCORDÂNCIA. Ou seja, não se trata de problema de REGÊNCIA VERBAL, conforme fica bem explicitado no enunciado da questão: “Assinale a alternativa que apresenta um caso de REGÊNCIA VERBAL que é condenável a partir de uma interpretação normativa categórica, mas que é corrente no uso da língua, inclusive em contexto de escrita”. A interpretação do impetrante de que a questão está confusa é atribuída a problema de leitura, e não de produção do enunciado. Portanto, o recurso não procede.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 5**

Inscrição: **207459**

Data do Envio: **21/06/22 13:27**

A alternativa B está incorreta, porque de acordo com o professor de língua portuguesa, Jairo Beraldo, o travessão e o parênteses mudam o sentido do texto:

“Eles podem apresentar funções distintas. O travessão destaca ou dá ênfase à informação, e o parêntese indica que se trata de uma informação acessória.”

BERALDO, Jairo.

Então os parênteses são utilizados para indicar que a ideia intercalada é acessória, ou seja, algo a mais para a construção do texto, sem o qual ainda se conseguiria atingir o objetivo comunicativo. E o travessão, por sua vez, tem finalidade oposta, servindo para dar ênfase, para destacar o elemento por ele intercalado. Desta forma, é incorreto afirmar que os travessões podem ser substituídos por parênteses sem prejuízo ao texto, visto que muda o grau de importância da informação a ser

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Port. Superior**

**Número da questão: 5**

comunicada.

**Resposta aos Recursos**

Em relação ao argumento de que a questão de que travessões e parênteses gerariam prejuízo de sentido, observa-se o que segue:

a) A observação de que tais elementos gráficos desempenhem funções diferentes não é interpretação unânime. O mais recorrente, inclusive, é o apontamento de função aproximada, conforme se vê neste fragmento, de Cunha e Cintra (1985, p. 649), em relação ao uso de travessão: "Para isolar, num contexto, palavras ou frases. Neste caso, em que desempenha função análoga à dos parênteses, usa-se geralmente o travessão duplo". Tal interpretação está posta também em edições atuais da gramática dos autores supracitados, além de outras gramáticas da língua portuguesa contemporânea. Além disso, o uso tem reforçado tal interpretação.

b) Para além do que se expôs acima, mesmo no caso de se admitir que os elementos gráficos em questão resultariam em efeitos discursivos diversos, tal alteração não implicaria em prejuízo de sentido, uma vez que a interpretação semântica ficaria mantida.

Portanto, o recurso não procede.

Fonte: CUNHA, C.; CINTRA, I. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: C. Gerais Superior**

**Número da questão: 11**

Inscrição: **200673** Data do Envio: **20/06/22 19:52**

Favor rever o gabarito dessa questão. Acredito que esteja errado.

**Resposta aos Recursos**

foi revisto e a alternativa está mantida

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 12**

Inscrição: **205639** Data do Envio: **20/06/22 17:10**

Não obstante a resposta da alternativa ser "horário de pico", tem-se que existe outra resposta correta para a questão. Isso porque, o horário de pico no Brasil se inicia às 18h00min, da mesma forma que o horário da noite se inicia às 18h00. Desta forma, não há como afirmar que a alternativa "b" (no horário da noite) também não está correta, considerando que o horário de pico começa no período da noite. Diferente seria, por exemplo, se o horário de pico se iniciasse às 17h00min, ocasião em que não adentraria por completo no período da noite e a alternativa "b" estaria, com precisão, incorreta.

Inscrição: **202144** Data do Envio: **20/06/22 18:37**

A questão 12 (Conhecimentos gerais, prova de Psicologia), do ponto de vista lógico, é formalmente inválida, dado que a conclusão só é possível se a questão for aberta a duas respostas, ou seja, uma dupla implicação (tanto alternativa B quanto D são válidas, ou a questão é inválida). Isso porque o principal horário de pico é o da noite, segundo o site da copel Logo, tanto a alternativa D quanto a alternativa C estão corretas. A resposta D é contida, abrangida, pela resposta B. Do ponto de vista lógico formal, o argumento fica assim.

Proposição 1: A energia elétrica fica mais cara no horário de pico.

Proposição 2: O horário de pico em que há mais consumo é o horário da noite.

Conclusão: logo, o horário em que a energia fica mais cara, é a noite.

Assim, temos uma dupla implicação. Noite e horário de pico são equivalentes, logo, tanto B quando D são respostas válidas, já que os dados da copel apontam que: "O chamado horário de pico – também conhecido como horário de ponta – é o momento de um dia em que acontece o maior consumo de energia elétrica pela população, ele geralmente ocorre entre 18h e 21h"

A questão, do ponto de vista lógico, está mal construída.



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: C. Gerais Superior**

**Número da questão: 12**

**Resposta aos Recursos**

exatamente do ponto de vista lógico o horário em que a energia fica mais cara é o horário de pico, horário da noite se refere ao horário fora do horário de pico que vai das 18 as 21 horas. depois deste horário ai sim pode-se considerar como horário noturno

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 15**

Inscrição: **199743** Data do Envio: **21/06/22 11:48**

Anulação da questão por haver 2 questões corretas.

Considerando que Paraguai se tornou independente da Espanha em 1853 e com a ocorrência da guerra do Paraguai, houve uma reparação após o decreto imperial Decreto N. 19.018 de 9 de janeiro de 1872. Que estabelecia, no Artigo 1º, o seguinte :

“O território do Império do Brasil divide se com a República do Paraguay pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda; Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy; Prossegue pelo mais alto desta serra até à nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguay; Todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguai. A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil.”

Posteriormente, o Decreto n. 19.018, de 3 de dezembro de 1929, também entre os dois países signatários, ratificou o referido limite. Moreira Pinto (Diccionario Geographico do Brazil, de 1896, verbete) cita a ilha Fecho dos Morros, sendo abundante de caça, peixe e muito fértil. Ahi está uma guarda brasileira, o primeiro posto militar do Estado, desde a foz do Apa, do qual dista 120 kils. Esta guarda foi estabelecida em 29 de junho de 1850 e logo em outubro desalojada pelos paraguayos, que a 14 desse mez, de ordem de Carlos Lopes, a surprehenderam com uma força de 400 homens, atacando como de costume e do de seus predecessores, sem declaração de guerra, falsa e inesperadamente. Compunha-se a guarnição de um official, o tenente Francisco Bueno da Silva e 25 praças. Perdeu três homens e a posição, e os atacantes nove mortos, inclusive um alferes, conforme a parte oficial do chefe da expedição. Em 1947, Melo e Silva (Canaã do Oeste, IHGMS, 2019, p. 37), assinalava: Lá no fundo, como dois seios túmidos, gigantescos, daquela terra que se debruça morrendo sobre o dorso do (rio) Paraguai, erguem-se o Fecho dos Morros e o Pão de Açúcar, balizas eternas, que indicam ao sertanejo as águas que rematam os confins chaquenhos do Brasil. A ilha Fecho dos Morros localiza-se no rio Paraguai, cerca de 25 km ao norte da cidade de Porto Murinho, a 18 km a montante da foz do rio Tatumã; 2 km ao oeste do morro Pão de Açúcar e ao norte do morro São Pedro. A altitude da ilha é de 155 metros. Os guaicurus chamam essa ilha de Ocrata-Huetirah. A ilha está cartografada na carta topográfica Barranco Branco.

Conforme analisado nos dois decretos, o oeste do Paraná foi anexado para o Brasil após vários tratados realizados com o Paraguai. Na qual a fonte da referida questão não se preocupou em definir referencial bibliográfico, que na época de 1853, onde citam que foram feitos tratados com Espanha, Paraguai, que ocupava o oeste do Paraná, já era independente à 42 anos do império espanhol.

Deste modo, não há o que se falar de Espanha em uma época que todos os países da América do Sul eram independentes.

Referencial Bibliográfico:

Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS), Assinatura do Tratado de Limites entre o Brasil e o Paraguai (1872), Localizado em:  
<https://ihgms.org.br/efemerides/assinatura-do-tratado-de-limites-entre-o-brasil-e-o-paraguai-16>. Acesso em: 21/06/2022

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books  
<<http://books.scielo.org>>.

Recursos contra o gabarito provisório

**Matéria: C. Gerais Superior**

**Número da questão: 15**

**Resposta aos Recursos**

o tratado se refere a Brasil e Espanha que na época era a única detentora das terras. Foi a Espanha quem cedeu os direitos antes do Paraguai se tornar independente da Espanha

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Administrador**

**Número da questão: 24**

Inscrição: **199743** Data do Envio: **20/06/22 18:50**

Anulação da questão por não ter nenhuma alternativa correta e assunto não estar disposto no conteúdo programático do edital.

Após a realização de pesquisas sobre o assunto, é possível inferir que uma série temporal tendencial, quando inserida no contexto da gestão de estoques, podem ter aumentos, reduções ou a estabilidade.

Pode-se prever que a demanda de um produto pode-se manter estável em todo o período analisado e previsto.

Considerando o conteúdo de matéria estatística (que não está entre o conteúdo programático do edital), a tendência de uma série indica o seu comportamento de longo prazo, isto é, ela cresce, decresce ou permanece estável. Essa estabilidade pode ser facilmente confundida com a estacionariedade, porém é chamado de tendência constante.

Deste modo, a questão desconsiderou que uma tendência pode também se manter estável:

a) É o aumento OU a redução SISTEMÁTICA na média das séries ao longo do tempo.

Podemos verificar, na questão considerada como certa, que somente é considerada duas opções ao utilizar a conjunção O U .

E qual a diferença entre tendência constante e estacionariedade?

Enquanto a estacionariedade é causada por eventos/dados aleatórios, na qual a média a mantêm estática, a tendência constante é realizada por dados que não são aleatórios e, ao analisar graficamente, tem a tendência de se manter no centro. Conforme podemos analisar abaixo:

**T e n d ê n c i a**

Segundo Bueno (2012) e Barros (2003) A tendência de uma série indica o seu comportamento “de longo prazo”, isto é, se ela cresce, decresce ou permanece estável, assim como a velocidade dessas.

Sendo assim, considere um modelo no qual o componente sazonal não esteja presente em um primeiro momento:

$$Z_t = T_t + a_t$$

Em que  $a_t$  é uma variável aleatória com média zero e variância . Alguns dos métodos mais utilizados para estimar  $T_t$ , consistem em:

- suavizar os valores da série ao redor de um ponto, de modo a estimar a tendência nesse ponto;
- suavizar os valores da série através de sucessivos ajustes de retas de mínimos quadrados ponderados.

Após estimada a tendência  $Z_t$ , é possível obter a série ajustada para tendência ou livre de tendência:

$$Y_t = Z_t - T_t$$

Um procedimento que é normalmente utilizado para remover tendências é tomar sucessivas diferenças da série original até encontrar uma série estacionária:

$$Z_t = Z_t - Z_{t-1}$$

**E s t a c i o n a r i e d a d e**

Uma série temporal é estacionária quando ela se desenvolve no tempo, de modo aleatório, ao redor de uma média

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Administrador**

**Número da questão: 24**

constante, refletindo assim alguma forma de equilíbrio estável. De forma a garantir que o componente estocástico também flutue ao redor de uma mesma média, assume-se, por exemplo, que ele seja um componente aleatório idêntico e independentemente extraído de uma distribuição normal.

Já a série temporal não estacionária é aquela que possui raiz unitária. O que ocorre, na prática, é que a maioria das séries apresenta algum tipo de não estacionariedade (ou podem ser estacionárias por períodos curtos ou longos), o que torna necessário uma mudança de nível e/ou inclinação. Como a maioria dos modelos consideram as séries como estacionárias, é necessário realizar sucessivas diferenças das séries originais.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Mônica. Processos Estocásticos. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2004.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. Econometria de séries temporais. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

**Resposta aos Recursos**

O conteúdo programático do edital contempla a área Administração de materiais, a previsão da demanda, tema relativo à questão 24, é um dos tópicos pertencentes a esta área, podendo também ser tratada dentro de Gestão da produção e gerenciamento de estoque. Com relação a série temporal tendencial, de acordo com Krajewski, Ritzman e Malhotra (2009, p. 437) a série temporal tendencial tem o padrão de “o aumento ou a redução sistemática na média das séries ao longo do tempo”, corroborando com Peinado, Jurandir (2007, p. 335) que a caracteriza como “os dados históricos, representados pela demanda ocorrida em cada período, podem apresentar uma tendência crescente, estabilizada ou decrescente. A tendência pode apresentar forma linear ou não linear”. Fica claro, desta forma, que a alternativa A da questão 24 está correta.

R e f e r ê n c i a s :

- Krajewski, Lee J.; Malhotra, M. Administração de produção e operações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

-Peinado, J.; Reis, A.. Administração da produção: operações industriais e de serviços. Curitiba: UnicenP, 2007

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Advogado**

**Número da questão: 19**

Inscrição: **200304** Data do Envio: **22/06/22 8:50**

Apesar de ser processo seletivo simplificado, a UNIOESTE tem o dever ético e moral de realizar a prova de acordo com preceitos legais.

A referida questão foi plagiada da prova que ocorreu no Ano de 2022 cuja Banca foi a FGV, para o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do TCU.

Houve cópia literal do enunciado e das respostas.

Em casos semelhantes, a Justiça anulou as referidas questões:

<<https://www.tjpb.jus.br/noticia/por-motivo-de-plagio-justica-anula-provas-de-concurso-em-sao-jose-de-espinharas>>

<<https://mpsc.mp.br/noticias/processos-seletivos-com-questoes-plagiadas-sao-anulados-apos-recomendacao-do-mpsc>>

Por ser configurado ato ilegal, requer-se a anulação da questão.

**Resposta aos Recursos**

O recurso não apresenta alegação de erro da questão ou das respostas. Tampouco há afirmação de que a matéria exigida na questão está em desacordo com aquela constante no edital. Mantém-se a questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 20**

Inscrição: **200953** Data do Envio: **21/06/22 8:48**

A questão considerou a alternativa B como correta, porém, está equivocada.

O § 1º do art. 22 do Decreto 7892/2013 estabelece que: “Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão”.

O referido Decreto não menciona a necessidade de anuência do órgão gerenciador. Por anuência, entenda-se a

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Advogado**

**Número da questão: 20**

necessidade de aprovação e consentimento, o que não é sinônimo de consulta.

A consulta a que o Decreto se refere, diz respeito à quantidade dos itens que o carona pretende adquirir e a análise de que a aquisição carona não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme mencionado nos §§ 2º e 3º do art. 22.

Desta forma, a questão 20 deve ser anulada porque nenhuma das alternativas é correta.

**Resposta aos Recursos**

O art. 22, caput, do Decreto 7.892, de 23.01.2013, expressamente prevê, na parte final, a necessidade de anuência do Órgão Gerenciador ("mediante anuência do órgão gerenciador).

Ademais, o art. 86, III, da Lei 14.133, de 01.04.2021, exige "prévia aceitação" do Órgão Gerenciador, expressão que tem sinonímia com "anuência".

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 23**

Inscrição: **200304** Data do Envio: **22/06/22 9:07**

Apesar de ser processo seletivo simplificado, a UNIOESTE tem o dever ético e moral de realizar a prova de acordo com preceitos legais.

A referida questão foi plagiada da prova que ocorreu no Ano de 2021 cuja Banca foi a CESPE / CEBRASPE para o cargo de "AL-CE - Analista Legislativo - Consultoria Técnica Legislativa"

Houve cópia literal do enunciado e das respostas.

Em casos semelhantes, a Justiça anulou as referidas questões:

<<https://www.tjpb.jus.br/noticia/por-motivo-de-plagio-justica-anula-provas-de-concurso-em-saojose-de-espinharas>>

<<https://mpsc.mp.br/noticias/processos-seletivos-com-questoes-plagiadas-sao-anulados-apos-recomendacao-do-mpsc>>

Por ser configurado ato ilegal, requer-se a anulação da questão.

**Resposta aos Recursos**

O recurso não apresenta alegação de erro da questão ou das respostas. Tampouco há afirmação de que a matéria exigida na questão está em desacordo com aquela constante no edital. Mantém-se a questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 24**

Inscrição: **199743** Data do Envio: **20/06/22 19:14**

Anulação da questão por não haver questão correta.

Nas alternativas somente foi considerado a série temporal tendencial linear.

Porém conforme Morettin e Tolo (pg 40, 1981), Existe, por exemplo, a tendência polinomial, na qual, graficamente, tem uma forma de "U invertido", desse modo, sua tendência é aumentar e diminuir. Do mesmo modo a logarítmica. É simplismo afirmar que a Série temporal tendencial apenas aumenta e diminui sistematicamente, sendo que há infindáveis tipos de tendência na estatística que não podem ser ignorados.

Referencial Bibliográfico:

MORETTIN, Pedro Augusto, TOLOI, Clélia Maria de Castro, Modelos para a Previsão de Séries Temporais, INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURO E APLICADA, Rio de Janeiro. Localizado em:

[https://impa.br/wp-content/uploads/2017/04/13\\_CBM\\_81\\_01.pdf](https://impa.br/wp-content/uploads/2017/04/13_CBM_81_01.pdf), acesso em: 20/06/2022

**Resposta aos Recursos**

A impugnação versa sobre assunto diverso daquele proposto pela questão. A questão é sobre temática jurídica, e o questionamento respeita a matemática. Assim, fica mantida a questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 26**

Inscrição: **200953** Data do Envio: **21/06/22 8:48**

A questão 26 deve ser anulada uma vez que no conteúdo programático para o cargo de Advogado não foi exigido

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Advogado**

**Número da questão: 26**

conhecimento acerca da jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal

Inscrição: **200304** Data do Envio: **22/06/22 9:01**

A questão foi cobrada da seguinte forma:

"26. O Estado de Pindamonhagaba contratou regularmente, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, servidores temporários. Por ausência de lei específica dispondo sobre o tema, o Estado Beta não vem pagando a tais servidores o décimo terceiro salário e as férias remuneradas acrescidas do terço constitucional. Inconformados, os servidores ajuizaram ação judicial, pleiteando tais pagamentos. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no caso em tela, o pagamento de tais verbas aos servidores temporários".

Há claro erro de digitação que dificulta e impossibilita a resposta, já que no início da questão se fala em "Estado de Pindamonhagaba" e depois fala em "Estado Beta".

Além do erro material, a questão foi objeto de cobrança no ano de 2022 pela Banca Fundação Getúlio Vargas - FGV na prova de SEFAZ ES - Consultor do Tesouro Estadual - Área: Ciências Econômicas /Ciências Contábeis - Manhã - 2022.

Houve cópia literal do enunciado e das respostas. Em casos semelhantes, a Justiça anulou as referidas questões:  
<<https://www.tjpb.jus.br/noticia/por-motivo-de-plagio-justica-anula-provas-de-concurso-em-saojose-de-espinharas>>  
<<https://mpsc.mp.br/noticias/processos-seletivos-com-questoes-plagiadas-sao-anulados-aposrecomendacao-do-mpsc>>

Por ser configurado ato ilegal e pelo erro de digitação, requer-se a anulação da questão

**Resposta aos Recursos**

O recurso não apresenta alegação de erro da questão ou das respostas. Tampouco há afirmação de que a matéria exigida na questão está em desacordo com aquela constante no edital. O erro material (de digitação) não impossibilita a compreensão do enunciado. Mantém-se a questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 29**

Inscrição: **208174** Data do Envio: **21/06/22 11:43**

A questão 29 tratava especificamente sobre o tema de Improbidade Administrativa, o tema não constou no quadro de conhecimentos específicos a serem utilizados para a confecção da prova.

Não constando no edital, não deveria ser exigido tal conhecimento na prova em questão.

Portanto, cabe a anulação da questão 29.

**Resposta aos Recursos**

No edital de abertura nº 088-22-GRE, em relação ao cargo de advogado, constou no campo "conhecimentos específicos para: advogado" o seguinte conteúdo programático: "Sistemas de Controle Jurisdicional. Sistema Brasileiro: Controle pelo Poder Judiciário."

Uma das formas de controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário se dá através do procedimento estabelecido na Lei 8.429, de 02/06/1992 (e atualizações). Portanto, o tema constava, sim, em edital, cabendo ao Candidato saber quais são as formas de controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário e responder as questões que abordam a temática.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 30**

Inscrição: **200953** Data do Envio: **21/06/22 8:48**

O artigo 74, inciso IV da Constituição Federal dispõe: "Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de (IV) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional".

Assim, observa-se que não é somente o Poder Judiciário que manterá um sistema de controle interno, mas os 3 poderes, de modo que a alternativa A está errada.

A alternativa correta é a letra D, uma vez que cabe ao Poder Judiciário o controle da legitimidade dos atos administrativos, exercido em regra mediante provocação.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Advogado**

**Número da questão: 30**

Desta forma, solicito a alteração do gabarito para considerar correta a alternativa D.

**Resposta aos Recursos**

Ao Poder Judiciário cabe o controle da legalidade dos atos administrativos. A alternativa D trata de controle da legitimidade.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Contador**

**Número da questão: 19**

Inscrição: **202506** Data do Envio: **22/06/22 17:53**

Solicito que seja anulada ou revisada a resposta correta pois na letra D como gabarito trás como correta um valor positivo e no quadro como se pode ver o valor seria negativo.  
como resposta correta acredito ser a letra A

**Resposta aos Recursos**

Conforme se pode observar no recorte do Balanço Orçamentário do Estado do Paraná do 6º Bimestre de 2021, as Receitas Correntes, apresentadas na Coluna de Receitas Realizadas – Até o Bimestre (que representam todo o valor arrecadado no ano de 2021) totalizaram R\$ 49.987.746.638,65. Já a coluna da Previsão Atualizada da mesma receita aponta o valor de R\$ 45.987.838.244,00. Portanto, subtraindo-se o segundo valor do primeiro, têm-se “a efetiva arrecadação com Receitas Correntes no ano de 2021 superou a previsão atualizada em R\$ 3.999.908.394,65”, como apresentado na alternativa D.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 21**

Inscrição: **202506** Data do Envio: **22/06/22 17:53**

Solicito anulação da questão pois conforme LEI COMPLEMENTAR Nº 113 - 15/12/2005 onde trás no CAPÍTULO III  
DO CONTROLE INTERNO

Art. 4º Para as finalidades e na forma prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como, para apoio ao controle externo, todos os jurisdicionados deverão, obrigatoriamente, instituir sistemas de controle interno com as seguintes finalidades:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos municípios;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos municípios;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Pois não está condizente com as alternativas disponíveis mais sim em conformidade ao apoio ao controle EXTERNO conforme artigo a baixo:

Art. 5º No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;

III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Contador**

**Número da questão: 21**

**Resposta aos Recursos**

A Lei Orgânica do TCE-PR. Lei Complementar 113/2005 PARANÁ, estabelece em seu artigo 5º que: No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades: I - organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios; II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento. Portanto Ordenar a execução de despesas não faz parte das atividades que devem ser desempenhadas pelo controle interno.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 22**

Inscrição: **200767** Data do Envio: **21/06/22 9:44**

A referida questão requer a alternativa com exemplos de RECEITA EXTRAORÇAMENTÁRIA e DESPESA ORÇAMENTÁRIA, respectivamente.

Referente a alternativa B, considerando que os recursos relativos a consignações em folha de pagamento são valores retidos temporariamente, visto que não pertencem ao órgão e não estão previstos no orçamento, estes são RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS. E, despesas com juros e encargos da dívida são previstas no orçamento, estas são DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.

Referente a alternativa C, restos a pagar processados inscritos em exercícios anteriores, já foram empenhados e liquidados, portanto quando inscritos em Restos a Pagar são DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS.

Diante disso, solicito a alteração da resposta correta para alternativa B.

**Resposta aos Recursos**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, compreendem pagamentos (despesas) extraorçamentárias os “restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício”, portanto a alternativa correta no gabarito é a letra B, que atende unicamente ao enunciado.

Decisão da Banca: **Alterar Questão para B**

**Número da questão: 23**

Inscrição: **202506** Data do Envio: **22/06/22 17:53**

Solicito que seja anulada ou alterada a resposta como CORRETA letra C

Como na questão já trás (recebimento em conta corrente bancária) portanto é um recebimento no caixa Débito no banco ou caixa (equivalente) aumenta e registro da receita agropecuária no crédito.

**Resposta aos Recursos**

O PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis:

- Natureza de Informação Orçamentária: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária. (Códigos de contas iniciados em 5 ou 6)
- Natureza de Informação Patrimonial: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas. (Códigos de contas iniciados em 1, 2, 3 ou 4)
- Natureza de Informação de Controle: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle. (Códigos de contas iniciados em 7 ou 8)

Como o enunciado da questão pedia o lançamento correto de “natureza de informação orçamentária”, a alternativa correta é a B.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 26**

Inscrição: **202506** Data do Envio: **22/06/22 17:53**

Recursos contra o gabarito provisório

**Matéria: Contador**

**Número da questão: 26**

Questão 26

Receitas Tributárias (receita realizada) R\$ 1.200.000,00  
Receitas de Transferências Correntes (receita realizada) R\$ 13.300.000,00  
Receita Patrimonial (receita realizada) R\$ 600.000,00  
Receita de Operações de Crédito (receita realizada) R\$ 400.000,00  
Receitas de Contribuições (receita realizada) R\$ 800.000,00  
totalRS 16.300.000,00

Deduções para a formação do FUNDEB R\$ 1.500.000,00  
Despesas com Pessoal e Encargos (despesa empenhada) R\$ 7.200.000,00  
Despesas com Juros e encargos da dívida (despesa empenhada) R\$ 200.000,00  
Outras Despesas Correntes (despesas empenhadas) R\$ 6.500.000,00  
Total RS 15.400.000,00  
Total das receitas RS 16.300.000,00 – total das despesas RS 15.400.000,00 = 900.000,00  
Resposta correta letra A

**Resposta aos Recursos**

Conforme a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a RCL (Receita Corrente Líquida) é o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, no caso da questão as deduções para formação do FUNDEB. Não são somadas Receitas de Capital (Operações de Crédito), tampouco são deduzidas despesas.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 27**

Inscrição: **202506** Data do Envio: **22/06/22 17:53**

Há mais de uma resposta correta

Letra A e C

(A)O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas – CORRETA conforme MCASP 9ª EDIÇÃO e Art. 101. da LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 : Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

**Resposta aos Recursos**

De acordo com o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a DVP Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta o resultado patrimonial (e não orçamentário como aponta a alternativa A e D); Que as Variações Patrimoniais Aumentativas ocorrem de acordo com o Regime de Competência e de acordo com as NBCASP (e não apenas com a efetiva arrecadação das receitas como aponta a alternativa B); Que o reconhecimento da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) pode ocorrer antes do estágio da liquidação da despesa, simultaneamente à liquidação ou após a liquidação. Portanto a alternativa correta é C.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Psicólogo**

**Número da questão: 26**

Inscrição: **207034** Data do Envio: **21/06/22 23:28**

Na questão elaborada, é citada a lei nº4.119/1962, especificamente o artigo nº13 que salienta as funções privativas do psicólogo, onde a PSICOTERAPIA não era então função privativa da prática de psicologia. Porém, a resolução CFP nº10/00 do ano de 2000, especifica e qualifica a psicoterapia como prática do psicólogo. Para finalizar, a então recente resolução nº13 art. 1 de 15 de junho de 2022, regulamenta o exercício da psicoterapia por psicóloga e psicólogo.

Referências bibliográficas:

[http://www.crpsp.org.br/psicoterapia/textos\\_5.aspx](http://www.crpsp.org.br/psicoterapia/textos_5.aspx)

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-13-de-15-de-junho-de-2022-408911936>



**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Psicólogo**

**Número da questão: 26**

**Resposta aos Recursos**

Concernente a interposição de recurso referente a questão de número 26 do Caderno de Prova de Psicologia (Edital de abertura do 3º PSS 2022 - Agente Universitário nº 088/2022 – GRE e o Edital nº 107/2022-COGEPS, que publicou o gabarito provisório da prova escrita (OBJETIVA), do PSS3-2022, a banca formula a seguinte RESPOSTA/ENTENDIMENTO: Percebe-se que o(a) candidato(a) não prestou a devida atenção a formulação proposta na questão de número 26, pois a referida questão faz menção a Lei nº 4.119/1962, promulgada em 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão de psicólogo e o currículo mínimo dos cursos de graduação em Psicologia”.

A questão solicitava que o(a) candidato(a) marcasse a questão incorreta e neste caso em específico, seria a ALTERNATIVA “C”, pois vejamos.

26. A Lei nº 4.119/1962, promulgada em 27 de agosto de 1962, regulamenta a profissão de psicólogo e o currículo mínimo dos cursos de graduação em Psicologia. A referida Lei, especificamente em seu artigo nº 13, § 1º, salienta que constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos, EXCETO:

Ou seja, essa questão solicitava a marcação da alternativa INCORRETA.

Apenas para fins didáticos e de esclarecimento ao candidato(a), coloco aqui o trecho da Lei nº 4.119/62 (Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm)), artigo 13, § 1º, ao qual a questão se referia:

Art. 13. - Ao portador do diploma de Psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo.

§ 1º Constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: (Vide parte mantida pelo Congresso Nacional)

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

Nesse sentido, a resposta correta é a letra “C”.

Diante do acima exposto, decide-se por receber o recurso e no mérito negar o provimento ao recurso, MANTENDO A QUESTÃO.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 29**

Inscrição: **203224** Data do Envio: **20/06/22 16:54**

Consta no Edital 088/2022, do dia 05/05/2022, no tópico 9 Da Prova Escrita (Objetiva), item 9.5: “Será de responsabilidade do candidato a escolha das obras de referência bibliográfica que entender mais convenientes para os conteúdos estabelecidos para a Prova Escrita (Objetiva).”

Também, no Anexo III do mesmo Edital, encontra-se o conteúdo programático estabelecido para cada conhecimento específico, que não apresenta as bibliografias e não solicita teorias específicas, apenas conhecimentos gerais.

Há, na Psicologia, vasto conhecimento produzido em cada área em que o trabalho se desenvolve e cada conhecimento delimita em si uma linha/abordagem teórica como base.

Considerando o exposto, a questão feita sobre uma referência bibliográfica específica (David Ausubel, assim como na questão 30 de Jansen-Verbeke) que não é detalhada nem como conteúdo programático, nem como referência bibliográfica, não fundamenta-se como teste de conhecimento sobre uma grande área, por isso não deveria estar válida.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Psicólogo**

**Número da questão: 29**

**Resposta aos Recursos**

Concernente a interposição de recurso referente a questão de número 29 do Caderno de Prova de Psicologia (Edital de abertura do 3º PSS 2022 - Agente Universitário nº 088/2022 – GRE e o Edital nº 107/2022-COGEPS, que publicou o gabarito provisório da prova escrita (OBJETIVA), do PSS3-2022, a banca formula a seguinte RESPOSTA/ENTENDIMENTO: O item 9.5, diz que é de responsabilidade do(a) candidato(a) a escolha das obras de referência bibliográfica que entender convenientes para ESTUDO, pois ao final, a frase salienta que essa escolha está relacionada aos conteúdos estabelecidos para a Prova Escrita (objetiva), ou seja, ao conteúdo programático.

Outrossim, cabe salientar que o conteúdo cobrado na questão de nº 29 do caderno de Prova de Psicologia é conteúdo que abrange o campo da Psicologia Escolar/Educacional, uma disciplina da graduação em Psicologia. Nesse mesmo sentido, o Anexo III do Edital nº 088/2022-GRE (Conteúdo Programático), traz a possibilidade de formulação de questões nessa área da psicologia aplicada, a saber:

Teorias psicológicas dos processos de aprendizagem e suas aplicações na educação. Noções de psicologia escolar.

Da mesma forma, cabe salientar que o teórico mencionado na questão de número 29, trata-se de David Ausubel, judeu nascido, em 1918, na cidade de Nova York, o qual é um reconhecido teórico da área da Psicologia, tendo se destacado nas áreas de psicologia do desenvolvimento, psicologia educacional, psicopatologia e desenvolvimento do ego. É muito conhecida a teoria de David Ausubel sobre a aprendizagem significativa e o conceito de aprendizagem. Esse autor trabalhou durante toda a vida, aposentando-se apenas aos 75 anos (em 1994), ainda que se mantivesse produtivo - pensando e escrevendo -, até sua morte (GOMES, et al., 2008).

A guisa de conclusão, a questão faz menção, inclusive, A CITAÇÃO “Segundo Ronca (1980), para compreender o modelo de ensino proposto por David Ausubel [...]”, que foi retirada da obra:

Carraro, Patricia Rossi. Psicologia da educação. / Patrícia Rossi Carraro. Rio de Janeiro: SESES, 2016. 240 p: il.

Nesse sentido, a resposta correta é a letra “B”.

Diante do acima exposto, decide-se por receber o recurso e no mérito negar o provimento ao recurso, MANTENDO A QUESTÃO.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 30**

Inscrição: **203224** Data do Envio: **20/06/22 16:54**

Consta no Edital 088/2022, do dia 05/05/2022, no tópico 9 Da Prova Escrita (Objetiva), item 9.5: “Será de responsabilidade do candidato a escolha das obras de referência bibliográfica que entender mais convenientes para os conteúdos estabelecidos para a Prova Escrita (Objetiva).”

Também, no Anexo III do mesmo Edital, encontra-se o conteúdo programático estabelecido para cada conhecimento específico, que não apresenta as bibliografias e não solicita teorias específicas, apenas conhecimentos gerais.

Há, na Psicologia, vasto conhecimento produzido em cada área em que o trabalho se desenvolve e cada conhecimento delimita em si uma linha/abordagem teórica como base.

Considerando o exposto, a questão feita sobre uma referência bibliográfica específica (Jansen-Verbeke) que não é detalhada nem como conteúdo programático, nem como referência bibliográfica, não fundamenta-se como teste de conhecimento sobre uma grande área, por isso não deveria estar válida.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Psicólogo**

**Número da questão: 30**

**Resposta aos Recursos**

Concernente a interposição de recurso referente a questão de número 30 do Caderno de Prova de Psicologia (Edital de abertura do 3º PSS 2022 - Agente Universitário nº 088/2022 – GRE e o Edital nº 107/2022-COGEPS, que publicou o gabarito provisório da prova escrita (OBJETIVA), do PSS3-2022, a banca formula a seguinte RESPOSTA/ENTENDIMENTO: Quando o candidato(a) faz menção ao tópico 9 Da Prova Escrita (Objetiva), item 9.5, conforme detalhado a seguir: “Será de responsabilidade do candidato a escolha das obras de referência bibliográfica que entender mais convenientes para os conteúdos estabelecidos para a Prova Escrita (Objetiva).

O item 9.5, diz que é de responsabilidade do(a) candidato(a) a escolha das obras de referência bibliográfica que entender convenientes para ESTUDO, pois ao final, a frase salienta que essa escolha está relacionada aos conteúdos estabelecidos para a Prova Escrita (objetiva), ou seja, ao conteúdo programático.

Outrossim, cabe salientar que o conteúdo cobrado na questão de nº 30 do caderno de Prova de Psicologia é conteúdo que abrange o campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, uma disciplina da graduação em Psicologia. Nesse mesmo sentido, o Anexo III do Edital nº 088/2022-GRE (Conteúdo Programático), traz a possibilidade de formulação de questões nessa área da psicologia aplicada, a saber:

Comportamento organizacional. Indivíduos e grupos. Trabalho em equipe. Psicologia aplicada ao trabalho: técnicas, métodos e estratégias de intervenção. Gestão de pessoas: Conceito e evolução da administração de recursos humanos. Aspectos psicossociais presentes no trabalho: liderança, comunicação, tomada de decisão, poder e autoridade. Trabalho e adoecimento do trabalhador.

A guisa de conclusão, a questão faz menção, inclusive, a obra de onde foi retirada:

Psicologia, organizações e trabalho no Brasil [recurso eletrônico] / Organizadores, José Carlos Zanelli, Jairo Eduardo Borges-Andrade, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014

Nesse sentido, a resposta correta é a letra “D”.  
Diante do acima exposto, decide-se por receber o recurso e no mérito negar o provimento ao recurso, MANTENDO A QUESTÃO.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Analista de Informática Suporte**

**Número da questão: 16**

Inscrição: **204870** Data do Envio: **20/06/22 17:01**

Na questão de número 16 não foram colocadas as numerações (I,II,III) nas afirmações. Deste modo, não teria como saber a ordem para assinalar a alternativa que apresente a sequência de numeração correta.

**Resposta aos Recursos**

Recurso aceito, a numeração foi suprimida na diagramação da prova.

Decisão da Banca: **Questão Invalidada**